



**ESTADO DA BAHIA  
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS  
SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



## **TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

#### **1.1 Objeto / Localização da Obra:**

A presente contratação tem por objeto a execução de obra de **Pavimentação De Estradas Vicinais No Município De Canavieiras – Ba**, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

A contratação será realizada com recursos oriundos do Contrato de Repasse / Convênio, referente à Operação nº 1094139-34, vinculada ao TransfereGOV nº 961416/2024, cujo objeto consiste na pavimentação de estradas vicinais no Município de Canavieiras – BA, visando à melhoria da infraestrutura viária rural e das condições de mobilidade da população.

#### **1.2 Serviço**

Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns de engenharia, nos termos da alínea “a”, inciso XXI, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na justificativa de enquadramento integrante deste Termo de Referência.

Os serviços contratados compreendem a execução de melhorias em estradas vicinais, incluindo pavimentação primária, regularização, conformação e nivelamento da plataforma da via, bem como cascalhamento em trechos críticos, conforme quantitativos, especificações técnicas e demais elementos definidos no Projeto Executivo e na Planilha Orçamentária, elaborados com base nas tabelas SINAPI vigentes.

#### **1.3 Justificativa da Necessidade da Contratação**

A contratação se justifica pela necessidade de execução de melhorias na infraestrutura viária rural das estradas vicinais do Município de Canavieiras – BA, que atualmente apresentam condições precárias de trafegabilidade, especialmente em períodos chuvosos.

As condições atuais das vias comprometem o deslocamento da população rural, o transporte escolar, o acesso a serviços essenciais e o escoamento da produção local. A execução da

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



pavimentação primária, associada ao cascalhamento dos trechos mais críticos, proporcionará melhores condições de tráfego, maior durabilidade da via e redução dos impactos decorrentes das chuvas, contribuindo para a mobilidade e segurança dos usuários.

A obra atende ao interesse público, promovendo melhorias estruturais na malha viária rural, fortalecendo a integração das comunidades atendidas e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Município.

#### **1.4 Especificações Técnicas:**

Para definição do orçamento e dimensionamento da contratação, foi realizado levantamento técnico com base no projeto executivo, incluindo Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Plantas e Layouts atualizados que detalham os serviços necessários à execução integral da obra, conforme previsão no Estudo Técnico Preliminar.

O valor estimado para a presente licitação, com base na reprogramação orçamentária aprovada, é de:

#### **Síntese Financeira**

<b>Item</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Valor do Investimento	460.731,52
Valor do Repasse	448.850,00
Valor da Contrapartida	11.881,52

Valor estimado da presente contratação: R\$ 460.731,52 (quatrocentos e sessenta mil, setecentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos), cotado em moeda nacional (Real), conforme planilha orçamentária anexa a este Termo de Referência.

#### **Dotação Orçamentária**

<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>PROJETO ATIVIDADE</b>	<b>ELEMENTO DESPESA</b>	<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>SECRETARIA</b>
10	1.095	33.90.39.00	700	OBRAS E TRANSPORTES
10	1.095	44.90.51.00	700	OBRAS E TRANSPORTES

#### **Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



10	1.095	44.90.51.00	500	OBRAS E TRANSPORTES
10	1.095	33.90.39.00	500	OBRAS E TRANSPORTES

A ser preenchido pela contabilidade em anexo.

**1.5. Prazo de Execução:** O prazo de execução do objeto será de 02 (dois) meses, equivalente a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da ordem de serviço, conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro que integra este Termo de Referência.

**1.6. Prazo de Vigência da Contratação:** O prazo de vigência contratual será de 6 (meses) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, englobando o período de execução, acompanhamento, fiscalização, recebimento definitivo e encerramento contratual.

**1.7. Prorrogação do Prazo:** A vigência do contrato poderá ser prorrogada nos termos do art. 105, §1º da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica da Administração, desde que observados os prazos legais e as condições estabelecidas no contrato, especialmente nos casos de impedimentos de execução decorrentes de caso fortuito, força maior ou conveniência da Administração Pública.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação técnica da presente contratação, bem como a definição dos quantitativos necessários à execução dos serviços, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que integra este Termo de Referência como documento complementar. O referido estudo foi elaborado com base na análise do Projeto Executivo, em levantamentos de campo realizados ao longo do trecho da estrada vicinal, bem como na elaboração da planilha orçamentária, utilizando como base de referência as tabelas SINAPI vigentes.

**2.2.** A contratação tem por finalidade viabilizar a execução de melhorias em estrada vicinal situada na zona rural do Município de Canavieiras – BA, no trecho que interliga a Estrada do Portão de Ferro à Comunidade das Laranjeiras, por meio da implantação de pavimentação primária e cascalhamento em trechos críticos. Atualmente, a via apresenta condições precárias de trafegabilidade, com restrições significativas ao tráfego de veículos, especialmente em períodos chuvosos, tornando indispensável a intervenção para assegurar

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



melhores condições de mobilidade, segurança viária e acessibilidade à população rural atendida.

**2.3.** O objeto da presente contratação encontra-se contemplado no Plano Anual de Contratações da Secretaria Municipal de Obras e Transportes de Canavieiras, bem como alinhado às metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) vigente, assegurando aderência às diretrizes de planejamento orçamentário e estratégico do Município. A contratação observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e melhoria da prestação dos serviços públicos, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A solução proposta consiste na execução de melhorias em estrada vicinal situada na zona rural do Município de Canavieiras – BA, por meio da contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

**3.2.** O escopo da solução abrange a execução de pavimentação primária, com regularização, conformação e alargamento funcional da plataforma da via, bem como cascalhamento em trechos críticos, conforme especificações técnicas, quantitativos e diretrizes estabelecidas no Projeto Executivo, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária e nos demais documentos técnicos que integram o processo de contratação.

**3.3.** Trata-se de intervenção de grande relevância para a região, uma vez que o trecho da estrada vicinal atualmente apresenta condições precárias de trafegabilidade, com restrições significativas ao tráfego de veículos, especialmente em períodos chuvosos. A execução integral da solução proposta proporcionará melhorias estruturais, ampliando as condições de mobilidade, segurança e acessibilidade para a população rural atendida.

**3.4.** Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução compreende as seguintes etapas:

I – mobilização da empresa contratada e implantação da infraestrutura necessária para a execução dos serviços;

II – execução dos serviços conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração;

III – acompanhamento e fiscalização contínua da obra por profissional legalmente habilitado

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.





**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



da Administração Pública;

IV – recebimento provisório e definitivo dos serviços, mediante verificação da conformidade com o projeto, especificações técnicas e normas aplicáveis;

V – garantia dos serviços executados, conforme prazos e condições estabelecidos contratualmente.

**3.5.** A execução da obra representa um avanço significativo para a infraestrutura viária rural do Município de Canavieiras, promovendo melhoria da mobilidade, integração das comunidades, redução de custos de manutenção emergencial e melhores condições de deslocamento para moradores, produtores e usuários da via, assegurando a aplicação responsável e eficiente dos recursos públicos vinculados ao Convênio TransfereGOV nº 961416/2024.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. **Eficiência Energética:** A contratada deverá apresentar soluções que promovam a eficiência energética durante a execução dos serviços, utilizando equipamentos e práticas que reduzam o consumo de energia sempre que possível.

4.1.2. **Gestão de Resíduos:** A contratada deverá adotar práticas rigorosas de gestão de resíduos gerados na obra, promovendo a redução, reutilização, reciclagem e o descarte adequado, minimizando o impacto ambiental local.

4.1.3. **Responsabilidade Social:** A contratada deve adotar práticas de responsabilidade social, promovendo a inclusão, diversidade e igualdade de oportunidades em todas as fases da contratação e execução dos serviços.

4.1.4. **Certificações Ambientais:** A contratada deverá comprovar comprometimento com práticas sustentáveis e de baixo impacto ambiental, apresentando certificações ambientais reconhecidas no âmbito nacional ou internacional.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



## **Vistoria**

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa. Caso a empresa interessada deseje realizar a vistoria prévia, esta deverá ser agendada com pelo menos 1 (um) dia de antecedência.

4.4. Serão disponibilizadas datas e horários diferentes para os interessados realizarem a vistoria técnica, garantindo o atendimento adequado a todos.

4.5. Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para tal atividade.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. A não realização da vistoria não poderá fundamentar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos relativos a quaisquer detalhes do local de prestação dos serviços, sendo o contratado responsável por assumir todos os ônus decorrentes.

4.8 Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através do e-mail: [licitacaocanavieiras@gmail.com](mailto:licitacaocanavieiras@gmail.com);

## **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Condições de Execução:** A execução do objeto terá início somente após a emissão da respectiva ART/RRT e assinatura da Ordem de Serviço pela autoridade competente.

O prazo para início dos trabalhos será de até 10 (dez) dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

O prazo de validade da proposta oferecida pelos licitantes é de 60 (sessenta) dias contados da data da sua entrega

### **5.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços:**

---

#### **Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



A intervenção será executada em estrada vicinal situada na zona rural do Município de Canavieiras – BA, no trecho que interliga a Estrada do Portão de Ferro até a Comunidade das Laranjeiras 6KM, Zona Rural, Canavieiras/BA, CEP: 45860-000.

O horário previsto para execução dos serviços será de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 18h00, salvo situações emergenciais previamente autorizadas pela fiscalização da contratante.

**5.3. Materiais e Equipamentos a Serem Disponibilizados:** A contratada deverá providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, atendendo aos seguintes critérios:

- Composição detalhada e padrões de qualidade dos materiais a serem utilizados;
- Requisitos técnicos e normas aplicáveis aos equipamentos, garantindo desempenho e segurança;
- Critérios de seleção baseados em material, ergonomia e resistência;
- Conformidade com normas técnicas e certificações vigentes;
- Especificações para insumos quanto ao tipo, qualidade e periodicidade de reposição;
- Definição clara dos padrões de qualidade esperados;
- Diretrizes para substituição oportuna de itens desgastados ou danificados.

**5.4. Garantia do Serviço:** Será exigida a garantia após o término da obra, garantia técnica de 05 (cinco) anos corridos por conta da CONTRATADA.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9 O gestor do Contrato será o responsável pelo acompanhamento e gestão do contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições, especificações técnicas e exigências especificadas neste Termo de Referência ou por outro motivo que justifique tal medida. Terá, também, a função de se comunicar com o Responsável Técnico designado pela CONTRATADA para tratar de assuntos relacionados ao cumprimento das obrigações contratuais e comunicá-lo sobre eventuais irregularidades ocorridas na execução dos serviços, estabelecendo prazos para a resolução dos problemas.

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.





**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



### **Fiscalização Técnica**

6.10 A execução dos serviços será fiscalizada pela PREFEITURA, através da Secretaria Municipal de Obras, por pessoa tecnicamente habilitada e designada pela mesma, fiscalização essa que em nenhuma hipótese, eximirá, nem reduzirá as responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, nem quanto a danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros ou ao Município, seja por ato próprio da firma, seja por atitude dos seus empregados ou prepostos, caso em que responderá pelo ressarcimento.

## **7. FORMA DE PAGAMENTO E MEDIÇÃO**

### **Recebimento**

**7.1.** Os pagamentos serão efetuados após medições autorizadas e atestadas, devendo ser apresentada Nota Fiscal, devidamente discriminada que será atestada por 2 (dois) servidores, sendo um deles responsável pelo órgão requisitante da obra, e que será processada e paga na forma da legislação em vigor, através de crédito em conta bancária da CONTRATADA.

**7.2.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



**7.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.8.** Recebida a Nota Fiscal, conforme medições devidamente atestadas, ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo para fins de liquidação.

**7.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**7.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.11.** A Administração deverá:

- **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.12.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



**7.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**Prazo de pagamento**

**7.16.** O pagamento será efetuado no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**Forma de pagamento**

**7.17.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.18.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.19.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.20.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



8.1 Será vencedora a empresa que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL, e atender a todas as exigências de habilitação.

**10 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR:**

10.1 A seleção será baseada nos requisitos previstos neste termo de referência, atrelado a proposta mais vantajosa apresentada pela empresa, em conjunto com o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, financeira e técnica. Será processada através de processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA sob a forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento menor preço global.

**11 REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:**

11.1 Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

11.2 A fim do atendimento do objeto da contratação, é necessário o cumprimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021.

11.3 É exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação de qualificação técnico-profissional e técnico operacional (artigo 67), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68) e habilitação econômico-financeira (artigo 69), todos da legislação (Lei Federal 14.133/2021).

11.4 Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

11.5 A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n.º 14.133/2021;

11.6 Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico e Executivo com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do





**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução

11.7 Requisitos de sustentabilidade: os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

11.8 Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências; e
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

11.9 Sendo assim, os documentos exigidos serão:

**11.9.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.





**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



11.9.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.9.2 No caso de sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.9.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.9.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.9.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.9.6 No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

11.9.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

11.9.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.10 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

11.10.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); 11.10.2 Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

11.10.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



11.10.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.10.5 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.10.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.10.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.10.8 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11. 10 .9 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**11.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

11.11.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida no últimos 30 (trinta) dias;

11.11.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

11.11.3 Os documentos referidos no subitem anterior, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.11.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

11.11.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira , s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



11.11.6 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

11.11.7 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.11. 8 Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços.

#### **11.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**11.12.1.** Apresentação de Certidão de Registro e Quitação da empresa licitante (Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, válida na data de apresentação da proposta, bem como Certidão de Registro e Quitação dos responsáveis técnicos que atuarão na execução dos serviços.

#### **11.12.2 Quanto à Capacitação Técnico-Profissional**

A licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico permanente, na data de apresentação da proposta, profissional(is) legalmente habilitado(s), reconhecido(s) pelo CREA ou órgão competente, regularmente vinculados à empresa, detentor(es) de atestados de capacidade técnica e respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, devidamente registradas no CREA, que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto da presente contratação.

a) Será exigida a comprovação de que a licitante possui em seu quadro técnico, como Responsável Técnico pela execução da obra, 01 (um) Engenheiro Civil, devidamente habilitado e registrado no CREA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



b) Apresentação da Certidão de Registro e Quitação do profissional indicado, emitida pelo CREA competente, válida na data da proposta.

c) A comprovação do vínculo técnico-profissional entre o(s) profissional(is) indicado(s) e a empresa licitante deverá ocorrer exclusivamente por meio de registro formal no CREA, mediante:

- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo CREA, na qual conste o profissional como Responsável Técnico da empresa;
- Certidão de Registro de Pessoa Física do profissional, constando sua responsabilidade técnica vinculada à empresa licitante.

Não será aceita declaração simples de vínculo, contrato de prestação de serviços desacompanhado de registro no CREA, nem outros meios que não aqueles formalmente reconhecidos pelo Conselho profissional.

d) Declaração individual do(s) profissional(is) indicado(s), manifestando ciência, concordância e responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto da contratação.

e) A substituição de qualquer membro da equipe técnica durante a execução do contrato somente será admitida mediante prévia e expressa autorização da Administração, desde que o profissional substituto possua qualificação técnica e experiência equivalente ou superior, e esteja regularmente registrado no CREA, com vínculo formal à empresa contratada, nos mesmos moldes exigidos para a habilitação.

### **11.13 DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:**

11.13.1 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

11.13.2 Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

11.13. 3 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira , s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

São obrigações da Contratante, além daquelas dispostas em lei:

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

12.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

12.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

12.9 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

12.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.11 A Administração terá o prazo de 30 (trintas) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.





**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



12.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

São obrigações da Contratada, além daquelas dispostas em lei:

13.1 Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

13.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados. 14.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



13.7 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

#### **14 SUBCONTRATAÇÃO**

14.1 É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo, sem prévia autorização do Município.

#### **15 GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

15.1 CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 FIANÇA BANCÁRIA – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO: emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

15.3 SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Prefeitura Municipal, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

15.3.1 A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>>.

15.4 A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



15.5 Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

15.6 Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

15.7 Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto. 16.8A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo.

15.9 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

## **16 ALTERAÇÕES:**

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

16.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 16.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.5 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

16.1.6 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.7 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



16.1.8 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.1.9 deixar de apresentar amostra;

16.1.10 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.11 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.12 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

16.1.13 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.14 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.1.15 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.16 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.16.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.16.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.16.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.17 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

16.1.18 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.1.19 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.20 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3 Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.3.1 advertência;

16.3.2 multa;

16.3.3 impedimento de licitar e contratar;

16.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.4.2 as peculiaridades do caso concreto;

16.5 A sanção prevista na cláusula 16.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 16.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.6 A sanção prevista na cláusula 16.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 16, deste edital.

16.7 A sanção prevista na cláusula 16.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 16.1.2, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6 e 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.





**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



**16.8 A sanção prevista na cláusula**

16.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 16.1.8, 16.1.9, 16.1.10, 16.1.11 e 16.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 16.1.2, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6 e 16.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 16.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.9 As sanções previstas nas cláusulas 16.3.1, 16.3.3 e 16.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 16.3.2.

16.10 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16.11 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

16.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CEIS e CNEP.

16.15 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.16 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.17 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.18 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.19 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.20 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

## **17 EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

17.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;  
e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

c) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 18.2.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.2.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.2.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **18 ALTERAÇÕES:**

18.1 As alterações observarão os casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse e as devidas justificativas nas: I. Alterações Unilaterais pela administração, nos moldes do art. 124, inciso I e alíneas “a” e “b”; II. Alterações por acordo entre as partes, nos moldes do art. 124, inciso II e alíneas “a”, “b”, “c”, “d”;

18.2 As alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, acréscimos e supressões.

---

**Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



18.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

18.4 Caso haja a alteração unilateral que aumente ou diminua os encargos do contratado, a administração deverá restabelecer, no mesmo termo de aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

## **19 REAJUSTE DE PREÇO:**

19.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

19.2 Os preços serão reajustados observando-se a periodicidade de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Custo de Construção - INCC, ou em outro índice que venha substituí-lo, nos termos da legislação vigente, mediante requerimento protocolado pela CONTRATADA, em período de até 30 dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses.

19.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7 Caso o contratado solicite revisão ou repactuação do valor contratado, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) para deferir ou indeferir o pedido.

## **20 CASOS OMISSOS:**

20.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas código civil e na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **21 DISPOSIÇÕES GERAIS:**

---

### **Prefeitura Municipal de Canavieiras**

Tel. (73) 3284-1105, Praça da Bandeira, s/n, <https://www.canavieiras.ba.gov.br>  
Ramal: 213, Centro, Canavieiras – BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**



21.1 As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do futuro instrumento contratual, serão feitas sempre por escrito.

21.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Canavieiras, 10 de Fevereiro de 2026



**ANTÔNIO ALMIR SANTANA MELO JR**  
**SECRETÁRIO DE OBRAS E TRANSPORTES**  
DECRETO 005/2025